

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1. OS INSTITUTOS ROMANO-MEDIEVAIS ATINENTES	
À BUSCA DA VERDADE	21
1.1 Os aspectos cognitivos da Justiça no Direito Romano.....	22
1.1.1 O direito romano e os primeiros condicionantes ao conhecimento e o exercício da Justiça.....	23
1.1.2 O instituto do <i>nexum</i> e a existência de debates de índole cognitiva na “execução privada” romana	24
1.1.3 A formulação de um conceito de abstrato de liberdade: a gênese das relações jurídicas e a formação das linhas ancestrais da cognição processual	26
1.1.4 Os sistemas de processo civil romano	29
1.1.4.1 <i>Legis actiones</i> e <i>per formulas: ordo iudiciorum privatorum</i>	29
1.1.4.2 <i>Cognitio extraordinaria</i>	36
2. A CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO CANÔNICO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO RACIONAL E SECULARIZADO DE BUSCA DA VERDADE	43
2.1 As razões da importância dos institutos jurídicos criados pela Igreja Católica: o Império a serviço da Igreja ou a Igreja a serviço do Império?	43
2.2 O início do Direito Processual Canônico: a interpretação do Código de Justiniano pelos glosadores	46
2.3 O Direito Processual Canônico Medieval: <i>aequitas</i>	49
3. AS RAÍZES FILOSÓFICAS DA BUSCA DA VERDADE E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO CIVIL	55
3.1 A lógica como ferramenta do processo civil na busca da verdade.....	58
3.2 A prova e as principais vertentes filosófico-	60

jurídicas acerca da existência ou inexistência	60
da verdade	60
3.3 A verdade como coerência e a verdade como	61
correspondência	61
3.4 A verdade e a probabilidade	63
4. AS PRINCIPAIS TEORIAS DA “AÇÃO” PROCESSUAL E A CONSOLIDAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ABSTRAÇÃO PLENA DA AÇÃO	67
4.1 Ação como capítulo do direito substancial.....	68
4.2 A criação do conceito de ação processual: a aceitação, por parte de significativo representante da escola romanista, Windscheid, das formulações de Muther, acerca da distinção entre direito lesado e ação	70
4.3 Büllow e Wach: a ação como direito autônomo e concreto	71
4.4 Degenkolb: a ação como direito autônomo e abstrato	73
5. A TEORIA DA ASSERTÃO E SUA UTILIZAÇÃO PARA EXPLICAR A TEORIA ECLÉTICA DA AÇÃO	77
5.1 A análise da plausibilidade subjetiva e objetiva além das fronteiras da obra de Liebman	79
5.2 O regime de utilização do <i>status</i> como padrão de cognição no Processo Civil Italiano e a <i>posição jurídica</i> <i>subjetiva</i> de Elio Fazzalari	83
5.3 Menestrina: “pregiudiciale nel processo civile”	86
5.4 A teoria da asserção como instrumento de compreensão da Teoria Eclética da Ação e o testemunho de Luiz Machado Guimarães	87
5.5 A análise do repúdio formulado por Dinamarco da teoria da “ <i>prospettazione</i> ” à luz do princípio da demanda	95
5.6 A preclusão e a sucessão lógica de atos dentro do processo	99

6. O PRINCÍPIO DA ASSERÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	103
6.1 A utilização dos princípios no processo civil e a relativização das formas: o nascimento, o reconhecimento e a utilização dos princípios processuais civis.....	110
6.2 O princípio da asserção e sua aplicação no processo civil brasileiro	116
6.2.1 O princípio da asserção na necessária citação do cônjuge: art. 10 do CPC.....	118
6.2.2 O princípio da asserção e o dever de expor fatos verdadeiros: inciso I do art. 14 do CPC.....	119
6.2.3 O princípio da asserção e o dever de observar a lealdade e a boa-fé: inciso II do art. 14 do CPC	121
6.2.4 O princípio da asserção e o dever de não formular pretensões ou alegar defesa ciente de que são desprovidas de fundamento: inciso III do art. 14 do CPC	123
6.2.5 O princípio da asserção e a avaliação da dedução de alegação ou defesa contrária à lei ou contrária a fato incontroverso: inciso I do art. 17 do CPC	126
6.2.6 O princípio da asserção e a vedação da utilização dos recursos com fins manifestamente protelatórios: inciso VII do art 17 do CPC	127
6.2.7 O princípio da asserção e a atuação do advogado, sem procuração, em casos urgentes: art. 37 do CPC.....	129
6.2.8 O princípio da asserção e a alteração da titularidade do direito de propriedade de bem alienado no curso do processo: art. 42 do CPC	129
6.2.9 O princípio da asserção e o litisconsorte não identificado e citado no início do processo, sobre o qual se pretendam efeitos materiais da sentença: art. 47 do CPC	130
6.2.10 O princípio da asserção e a averiguação do “interesse jurídico” impugnado do assistente em litigar no processo: art. 50 do CPC.....	132

mínimos em execução provisória, decorrente de antecipação de tutela em obrigações de pagar quantia: inciso I do §2º do art. 475-O do CPC	158
6.2.23 O princípio da asserção na manutenção ou na adequação das astreintes: § 6º do art. 461 do CPC.....	160
6.2.24 O princípio da asserção ao reexame necessário: § 2º do art. 475 do CPC.....	161
6.3 A cognição nos planos vertical e horizontal em face do princípio da asserção	163
6.4 O conceito de verossimilhança e o princípio da asserção	166
7. O PRINCÍPIO DA ASSERÇÃO E O PROJETO DE LEI DO SENADO N. 166/2010.....	171
7.1 A tutela de evidência.....	171
7.2 A manutenção do princípio da demanda	172
7.3 A extinção das condições da ação e a manutenção do juízo de avaliação da plausibilidade objetiva e subjetiva da demanda ..	173
7.4 O incidente de resolução de demandas repetitivas	174
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS:.....	183